omissão não determinadas por erro material manifesto. Se o advogado atuou em favor do espólio, em demanda proposta em face do mesmo, em ação encerrada há mais de 10 anos, deve receber pelos serviços prestados, não sendo razoável aguardar o término de demanda proposta contra o espólio, já que não é possível precisar quando a mesma se encerrará. Acolhimento dos embargos para sanar a omissão apontada e deferir o pagamento dos honorários de advogados. Conclusões: Por unanimidade, deu-se provimento aos Embargos de Declaração.

044. APELAÇÃO 0000232-18.1985.8.19.0039 Assunto: Acidente de Trabalho / Indenização por Dano Material / Responsabilidade Civil do Empregador / DIREITO DO TRABALHO Origem: PARACAMBI VARA UNICA Ação: 0000232-18.1985.8.19.0039 Protocolo: 3204/2018.00266791 - APELANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS PROC.FED.: GUIDO ARRIEN DUARTE APELADO: DORCAS RAMALHO MARQUES ADVOGADO: SEBASTIÃO LUIZ DOS SANTOS ROCHA OAB/RJ-084496 **Relator: DES. MARCO AURELIO BEZERRA DE MELO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INSS. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO PROCESSO POR TER SIDO O ACORDO CELEBRADO POR PROCURADOR INCOMPETENTE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DO EMBARGANTE. 1. Preclusão consumativa acerca da alegação de nulidade do acórdão. 2. Sentença homologatória proferida em audiência na presença de advogados de ambas as partes que transitou em julgado. 3. Ausência de manifestação do embargante na primeira oportunidade em que poderia fazê-lo. 4. Matéria que não deve ser alegada em sede de embargos à execução, uma vez que não se revela juridicamente possível desconstituir um título executivo em sede de embargos, necessitando da indispensável ação anulatória, não distribuída pelo executado. 5. Parecer da douta Procuradoria de Justiça pelo desprovimento do recurso. 6. Sentença mantida. Precedente do TJRJ. 7. Fixação de honorários recursais sucumbenciais. 8. Recurso desprovido. Conclusões: Por unanimidade de votos, manteve-se a sentença / decisão.

045. APELAÇÃO 0000776-28.2012.8.19.0049 Assunto: Excesso de Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Liquidação / Cumprimento / Execução / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: SANTA MARIA MADALENA VARA UNICA Ação: 0000776-28.2012.8.19.0049 Protocolo: 3204/2018.00410619 - APELANTE: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA MADALENA ADVOGADO: LEONARDO PONCE MOREIRA OAB/RJ-150086 ADVOGADO: PAULO ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA OAB/RJ-141878 ADVOGADO: STINE HEIZER HEIDEMANN OAB/RJ-134605 ADVOGADO: PAULO ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA OAB/RJ-141878 APELADO: DILVAN SANTUCHI QUINTES ADVOGADO: MARCOS DE OLIVEIRA NUNES OAB/RJ-173218 **Relator: DES. CARLOS JOSE MARTINS GOMES** Ementa: Ementa: Apelação Cível. Embargos à execução. Execução de quantia decorrente de sentença condenatória com trânsito em julgado. Alegação de nulidade de provimento judicial por ausência de fundamentação. Inocorrência de prejuízo. A questão concernente à legitimidade do ente municipal não deixou de ser analisada pela sentença ora recorrida e novamente neste acórdão. A alegação de ilegitimidade passiva não merece prosperar, diante do documento de fls. 44/45, onde se pode verificar que o embargante é o atual gestor do Hospital Basileu Estrela. Ente municipal que reprisa no apelo os argumentos de sua peça inicial quanto à sua ilegitimidade, não impugnando especificamente os documentos trazidos aos autos pelo impugnado, que serviram de base para o entendimento acolhido pela sentença vergastada. Afirmção de que atualmente o nosocômio referido é gerido pelo Hospital de Cantagalo que não foi comprovado nos autos, ônus probatório que caberia ao recorrente, ante a documentação referida e os termos do exposto no art. 376, do CPC. Não ocorrência de excesso no valor objeto da execução. Quantia que foi devidamente estabelecida por cálculos judiciais realizados pelo Contador Judicial, tendo se observado o que foi determinado em acórdão desta Câmara, ou seja, o valor correspondente a 200 (duzentos) salários mínimos. Quando da elaboração dos primeiros cálculos, no ano de 2004, o valor do salário mínimo era de R\$260,00 (duzentos e sessenta reais), já em 2008, era de R\$415,00 (quatrocentos e quinze reais). Sem razão o recorrente em sustentar a incorreção dos cálculos, posto que a segunda planilha se trata de mera atualização do valor da condenação. Não há que se falar em aplicação do Código Civil de 1916, ao argumento de que a demanda ajuizada e a sentença proferida são anteriores ao atual Estatuto Civil. Produzida prova pericial justamente a fim de que se chegasse ao valor da execução. A sentença vergastada foi proferida em consonância com as conclusões do louvado que foram no sentido de corroborar os cálculos judiciais que estabeleceram o quantum debeat. Recurso a que se nega provimento. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC, majoro a condenação em honorários advocatícios para o valor de 12% (doze por cento) do valor da causa. Conclusões: Por unanimidade de votos, manteve-se a sentença / decisão.

046. APELAÇÃO 0000978-51.2015.8.19.0032 Assunto: Fixação / Alimentos / Família / DIREITO CIVIL Origem: MENDES VARA UNICA Ação: 0000978-51.2015.8.19.0032 Protocolo: 3204/2017.00562857 - APELANTE: SIGILOSO ADVOGADO: FANY FATIMA DA SILVA REIS OAB/RJ-048423 APELADO: SIGILOSO ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 **Relator: DES. MAURO DICKSTEIN** Função: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

047. APELAÇÃO 0000999-69.2015.8.19.0212 Assunto: Inventários e Partilhas Decorrente das Relações de Direito de Família / Família / DIREITO CIVIL Origem: OCEANICA REGIONAL NITEROI 1 VARA DE FAMILIA Ação: 0000999-69.2015.8.19.0212 Protocolo: 3204/2018.00297905 - APELANTE: SIGILOSO ADVOGADO: VINICIUS BRAGANÇA CURTI MAGALHÃES DE SOUZA OAB/RJ-183788 ADVOGADO: CARLOS GABRIEL FEIJÓ DE LIMA OAB/RJ-186591 APELADO: SIGILOSO ADVOGADO: SARA OLIVEIRA MENDONÇA BADEGA OAB/RJ-082120 **Relator: DES. MARCO AURELIO BEZERRA DE MELO** Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

048. APELAÇÃO 0001450-49.2014.8.19.0206 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outros / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: SANTA CRUZ REGIONAL 1 VARA CIVEL Ação: 0001450-49.2014.8.19.0206 Protocolo: 3204/2018.00396061 - APELANTE: COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA COMLURB ADVOGADO: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB/RJ-062192 APELANTE: JAQUELINE SANT' ANA FIGUEIRA ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 APELADO: OS MESMOS **Relator: DES. CARLOS JOSE MARTINS GOMES** Função: Defensoria Pública Ementa: Ementa: Apelações cíveis. Concurso público para garf da COMLURB. Autora considerada inapta após realização de exame médico. Avaliação realizada pela autora, poucos dias após a reprovação, exibindo resultado não condizente com o motivo apresentado para a reprovação. Prova pericial médica realizada nos autos, conduzindo à conclusão de erro no exame impugnado na inicial. Análise da legalidade dos motivos, se declarados, que formaram o convencimento do administrador na edição do ato. Sucumbência parcial da autora, justificando a aplicação do disposto no artigo 86, caput, do CPC/15. Inexistência de interesse quanto à gratuidade de justiça, deferida em favor da autora pelo Juízo a quo. Recursos a que se nega provimento. Conclusões: Por unanimidade de votos, manteve-se a sentença / decisão.

049. APELAÇÃO 0001656-14.2012.8.19.0051 Assunto: Esbulho / Turbação / Ameaça / Posse / Coisas / DIREITO CIVIL Origem: SAO FIDELIS 2 VARA Ação: 0001656-14.2012.8.19.0051 Protocolo: 3204/2018.00172506 - APELANTE: ROSINEIA SILVA SARAIVA DE OLIVEIRA ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/DP-000001 APELADO: CELSO CORRÊA ADVOGADO: DEFENSOR